

10/11/84

Intervenção directa junto da família

— proposta do Ministério da Justiça à Conferência
Extraordinária da OMM



O Ministério da Justiça propõe à Conferência Extraordinária da OMM uma aliança forte com esta Organização e o desencadeamento de uma acção conjunta nos bairros e distritos, orientada na perspectiva de intervenção directa junto da família. Tal projecto surge da necessidade de pôr cobro à actual tendência de aumento de casos de divórcios que se verificam nas nossas cidades, desde a Independência. Esta situação, refere o Ministério em questão, reflecte a crise da instituição familiar, devido à fase de transição em que nos encontramos.

Na actuação dos tribunais, neste campo dos divórcios, o Ministério da Justiça considera fundamental a presença dos juizes eleitos — homens e mulheres — que, através da sua experiência da vida e sentido popular de Justiça, desenvolvam um trabalho educativo e de dissuasão dos cônjuges nas tentativas prévias de conciliação dos casais que pretendam obter o divórcio e no envolvimento dos familiares dos cônjuges desavindos.

— Temos plena consciência de que a lei, enquanto instrumento de expressão do nosso Poder, não pode na análise e resolução de questões tão delicadas como são as relações de família, tomar um carácter (meramente) repressivo, como lhe deve ser característico quanto ao conhecimento de delitos e crimes.

Contudo, adianta o Ministério da Justiça na sua mensagem, o projecto da Lei da Família, em preparação, uma vez que pretende reflectir as nossas realidades no âmbito das relações de família, afastando as obsoletas leis coloniais definirá a família moçambicana. Esta lei regulará o casamento e o divórcio, mas dando também protecção legal aos direitos e deveres recíprocos dos elementos desta relação — homem, mulher e filhos — independentemente da forma pela qual aquela família foi constituída.

— Pensamos que a nossa contribuição para a solução dos problemas sociais que afligem a mulher e a sociedade moçambicana, passará não só pela criação deste instrumento poderoso que deve ser a nossa Lei da Família, mas também por um amplo movimento de discussão popular e explicação das nossas leis, tanto nas cidades como no campo. Propomos criar uma aliança forte entre o Ministério da Justiça e a OMM, nos bairros, nos distritos, para o desencadeamento de um trabalho sério de consultoria pré-matrimonial e intervenção directa junto à família, à criação de uma ideia comum sobre quais as funções e tarefas, quais as responsabilidades de cada membro da família — esta a proposta do Ministério da Justiça.

Ofertas à Conferência

Em apoio à realização da Conferência Extraordinária da OMM, Maria Doroteia da Silva, proprietária da «Boutique Mendes», em Maputo, fez a entrega ao Secretariado Nacional da OMM, da importância de 25 000,00 MT.

Para idêntico objectivo, os Núcleos da OTM e da OMM na Universidade Eduardo Mondlane, ofereceram a quantia de 19 098,50 MT.

Os donativos foram entregues ontem a Gertrudes Vitorino e Ana Sihole do Secretariado Nacional da OMM.